

# NÍVEIS, TENDÊNCIAS E DIFERENCIAIS SÓCIO-ECONÔMICOS DA FECUNDIDADE

Heloisa Pagliaro \*

## INTRODUÇÃO

A população baiana que, em 1950 era de 4,8 milhões de pessoas cresceu para 9,5 milhões em 1980. O Estado vem tendo reduzida sua participação no conjunto da população do país, embora permaneça durante todo o período como o Estado mais populoso da Região Nordeste e um dos mais populosos do país. As taxas de crescimento de sua população superam a marca dos 21 nos últimos trinta anos, embora a década de setenta tenha sido marcada por uma desaceleração de seu ritmo de crescimento. Isto deve-se basicamente, a redução da taxa de crescimento vegetativo da população, resultante, principalmente, do acentuado descenso dos níveis da fecundidade, conforme veremos adiante, no transcorrer deste trabalho.

A primeira parte deste estudo visa analisar a tendência dos níveis e padrões da fecundidade no Estado da Bahia, no período compreendido entre 1950 e 1984.

Para atingir este objetivo escolhemos, entre as diversas técnicas disponíveis para a estimação, por via indireta, dos níveis da fecundidade atual, aquelas desenvolvidas por GIORGIO MORTARA e WILLIAM BRASS. A primeira pela sua aplicabilidade as informações dos Censos Demográficos de 1950 e 1960, que dispõem apenas de dados sobre a fecundidade acumulada (número de filhos tidos nascidos vivos até a data do cen-

---

\* Pesquisadora da equipe do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

so); e, a segunda, uma técnica mais usualmente empregada e cuja aplicação requer informações mais detalhadas sobre a fecundidade atual (número de filhos tidos nascidos vivos no ano anterior ao censo), e que constam dos Censos Demográficos de 1970 e 1980 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 1984.

Assim, as estimativas dos níveis e tendências da fecundidade aqui apresentadas estão fundamentadas, essencialmente, em informações dos levantamentos censitários de 1950 a 1980 e na PNAD de 1984.

A fecundidade está vinculada a uma série de variáveis de natureza diferente, entre elas destacam-se as demográficas, econômicas, sociais e culturais, que influem na fecundidade de maneira e graus distintos, difíceis de avaliar pela própria interdependência destas variáveis.

Deste modo, a segunda parte deste estudo, e a mais extensa, pretende reunir informações disponíveis sobre algumas variáveis que permitam avaliar os diferenciais sócio-econômicos da fecundidade. Estas variáveis são: anos de estudo e status migratório da mulher, rendimento médio mensal familiar per capita, setores da atividade econômica e posição na ocupação dos chefes de família.

A informação básica utilizada provém de Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980. A análise limita-se a este período de tempo em função da inexistência de informações anteriores a 1970 e, da incompatibilidade das categorias das variáveis disponíveis nos resultados da PNAD de 1984.

A medida utilizada para estimar o nível da fecunda.

dade nas diferentes categorias sócio-econômicas é o número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher, indicador acessível e de fácil compreensão, que expressa a média de filhos tidos pelas mulheres durante sua vida reprodutiva.

## 1. FECUNDIDADE TOTAL

As estimativas das taxas de fecundidade total\* para o Estado da Bahia mostram que durante o período de 1950/60 o nível da fecundidade teria se mantido constante ou em ligeira elevação. De fato a taxa de fecundidade total passou de 6,03 filhos por mulher em 1950 para 6,07 filhos em 1960, o que corresponde a um acréscimo de 0,7%. A estimativa para 1970 mostra nível mais elevado do que o estimado para 1960, quando a TFT passa a 7,42 filhos por mulher o que corresponde a um acréscimo de 22,2%. Já em 1980, observa-se uma tendência de declínio de 15,77%, que se acentua ainda mais em 1984, quando o valor estimado da TFT atinge 5,21 filhos por mulher, mostrando uma queda brusca neste curto período de tempo, que corresponde a 16,64%. Entretanto é importante notar que, a comparação destas estimativas ao longo do período 1950-1984 deve estar refletindo as diferenças de resultados obtidos pelo emprego de distintas técnicas de estimação da fecundidade **atual**, uma no sentido de sub-estimação, desenvolvida por GIORGIO MORTARA e utilizada quando da ausência de informações sobre a fecundidade atual (1950 e 1960) , e outra no sentido de sobre-estimação, desenvolvida por WILLIAM BRASS e passível de ser aplicada com as informações dos censos de 1970 e 1980, sobre os filhos nascidos vivos no ano anterior ao censo.

---

\* Taxa de Fecundidade Total - TFT, representa o número médio de filhos de ambos os sexos que uma mulher teria, durante sua vida reprodutiva, se não morresse e se fossem constantes as taxas de fecundidade por grupos etários.

A despeito das distorções que podem estar ocorrendo pelo emprego de diferentes técnicas de estimação da fecundidade atual, estas taxas expressam o descenso da fecundidade ocorrido no Estado a partir da década de 1970, e principalmente na década de 1980 entretanto, os níveis mantem-se ainda elevados, principalmente se comparados aos do Estado de São Paulo, onde em 1980, segundo BERQUÓ<sup>1</sup>, as mulheres tinham em torno de 3,20 filhos, ou aos níveis do Brasil, 4,34 filhos em média, neste mesmo ano.

Na interpretação das estimativas referentes a 1984 é necessário considerar que, a metodologia de coleta de informações empregada nas PNAD's difere daquela empregada nos Censos Demográficos, e que os resultados da PNAD 84 não foram suficientemente criticados para que se possa afirmar com segurança, que de fato tenha ocorrido um descenso da fecundidade entre 1980 e 1984 (16,6%), equivalente ou pouco superior a queda observada no período de dez anos compreendido entre 1970 e 1980 (15,8%).

Além da queda dos níveis da fecundidade do Estado, existe também uma alteração no padrão de procriação, cuja configuração já se esboça em 1980 e se acentua em 1984. Esta alteração transparece na curva de fecundidade (figura 1) que apresentava em 1970 uma cúspide de forma triangular e que em 1980 mostra uma ligeira tendência para a esquerda. Em 1984 perde a forma de cúspide triangular e a idade modal que se situava entre os 25-29 anos, localiza-se entre os 20-24 anos. Estas alterações na curva de fecundidade estariam indicando que as mulheres baianas estão tendo seus filhos mais cedo.

---

<sup>1</sup> Vide BERQUÓ et alli. (1985).

Entre os inúmeros determinantes das modificações dos padrões de fecundidade no Estado destacam-se: o aumento do número de mulheres prolíficas\*, a redução da idade média a primeira união e da idade média das mulheres na primeira paridade\*\*.

A este respeito é importante notar que, houve no período 1970/80 um aumento significativo das proporções de mulheres prolíficas. Este aumento verificou-se em quase todas idades, (de 15 a 49 anos) mas concentrou-se basicamente nos primeiros grupos etários e com maior ênfase entre as mulheres de 15-19 anos, onde atingiu um crescimento relativo de 29%.

Ao aumento das proporções de mulheres prolíficas vem associar-se a redução, ainda no período 1970-80, da idade média a primeira união da população feminina baiana<sup>2</sup> cujo decréscimo foi mais relevante nas zonas rurais onde se concentram: o maior contingente populacional do Estado e as mais elevadas taxas de fecundidade. E ainda, foi constatado por LEVY<sup>3</sup> que a idade média das mulheres nas primeiras paridades sofreu uma redução substancial entre 1970 e 1980, passando de 34,09 anos para 32,67 anos, e, das mulheres na segunda paridade, de 35,06 para 34,44 anos (tabela 2).

A combinação destes fatores e de inúmeros outros, é responsável por uma fecundidade mais intensa nos primeiros anos de vida fértil. As mulheres baianas estão iniciando mais cedo e com maior intensidade o exercício da procriação, reduzindo o espaçamento entre os filhos e encerrando também mais

---

\* Mulheres prolíficas = mulheres que têm filhos. \*\* Paridade = ordem de nascimento dos filhos.

<sup>2</sup> Vide PAGLIARO e LEVY. (1984)

<sup>3</sup> Vide LEVY. (1984).

cedo seu período reprodutivo, iniciando por volta dos 30 anos um controle mais intenso da fecundidade. Esta afirmação fundamenta-se também na observação do decréscimo acentuado das taxas específicas de fecundidade a partir dos 30 anos, um dos fatores responsáveis pelo declínio dos índices de fecundidade.

TABELA 2

ESTADO DA BAHIA - 1970-1980 ALGUNS

ÍNDICES DE FECUNDIDADE E NUPCIALIDADE

	19 7 0	19 8 0
Proporções de prolíficas	59.41	60.5
Proporções de solteiras	37.40	32.4
Proporções de casadas	49.91	53.4
Idade média à 1ª união	22.95	22.2
Idade média na 1ª paridade	34.09	32.6
Idade média na 2ª paridade	35.06	34.4

FONTE: Relatório final da primeira etapa de pesquisa sobre a "Dinâmica do Crescimento e Redistribuição Espacial da População Baiana" UFBA /CRH/FINEP, 1984.

No que diz respeito aos níveis da fecundidade nos diferentes contextos domiciliares, verifica-se que em 1970, a taxa de fecundidade total das áreas rurais era de 8,19; em 1980 de 6,99; e, em 1984, de 6,46 filhos por mulher. As taxas correspondentes às áreas urbanas nestes mesmos anos eram: 6,45; 5,14 e 4,34 filhos por mulher. Estas estimativas mostram uma tendência de aumento dos diferenciais urbano-rurais, que passaram de 27% em 1970, para 36% em 1980 e 48,9% em 1984.

Quanto a tendência dos níveis de fecundidade no período 1970/84, observa-se para os dois quadros domiciliares uma queda durante todo o período, sendo o declínio correspon-

dente as áreas urbanas do Estado (-32,7%), superior ao das áreas rurais (-21,1%), tendência que se evidencia pelo aumento dos diferenciais urbano-rurais das taxas de fecundidade total já comentados. (tabela 3).

TABELA 3

ESTADO DA BAHIA - 1950-1980 COMPOSIÇÃO  
RELATIVA DA POPULAÇÃO DO ESTADO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	1950	1960	1970	1980	MUDANÇAS RELATIVAS			
					50/60	60/70	70/80	50/80
URBANO	25.9	34.6	41.2	49.3	33.6 -	19.1 -	19.7 -	90.4 -
RURAL	74.1	65.4	58.8	50.7	11.7	10.1	13.8	31.6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-	-

PONTE: FIBGE, Censos Demográficos de 1950 a 1980.

Estas informações indicam que a tendência de declínio dos níveis da fecundidade continua sendo mais relevante nas áreas urbanas, embora as maiores mudanças no padrão de procriação da população no período pós 80 tenham ocorrido nas zonas rurais, onde, segundo os dados da PNAD de 1984, a fecundidade se concentra com maior intensidade nas idades compreendidas entre os 20-24 anos. A curva que representa as taxas específicas de fecundidade das mulheres residentes na zona rural (figura 1), mostra que a cúspide originariamente triangular (1970), aparece em 1984 voltada para o lado esquerdo, indicando uma maior precocidade da fecundidade.

Durante o período 1950/1980 houve uma aceleração no processo de urbanização da população baiana. O peso relativo da população do Estado passou de 25,9% em 1950 para 49,3% em 1980 (tabela 3). A taxa de crescimento médio anual da popu-

lação residente neste quadro domiciliar, que ultrapassou os 5% na década de 1950, sofreu um arrefecimento mas mantém-se ainda em nível bastante elevado, sendo de 4,3% na década de 1970.

Como consequência da aceleração do processo de urbanização e da aceleração do êxodo rural nas décadas de 1940/ 1960, seja para as zonas urbanas do Estado, seja para outros Estados, principalmente do centro-sul do país, a população rural perdeu o importante peso relativo que tinha no conjunto da população em 1950, 74,1%, passando a representar em 1980, 50,7%. O crescimento médio anual dessa população, inferior a 1% na década de 1950, foi acelerado para 1,3%, na década de 1960, voltando a decrescer para 0,8% no período 1960/70.

A tendência a um elevado crescimento da população urbana é apontada por CARVALHO et alli<sup>4</sup> juntamente com as 'tendências da nupcialidade, o controle da fecundidade marital , e o desempenho dos programas de planejamento familiar, como algumas das variáveis que explicam a recente queda da fecundidade.

Alguns aspectos das transformações sócio-econômicas do Estado, serão mencionados na parte que segue, destinada ao estudo dos diferenciais sócio-econômicos da fecundidade, como: o crescimento da escolarização, o crescimento da proletarização e do assalariamento, a mobilidade da população entre as diferentes classes de rendimento, além do aumento da participação feminina na força de trabalho, fenômenos que associam -se de uma certa forma a urbanização e constituem fatores determinantes na redução dos níveis da fecundidade.

---

Vide CARVALHO et alli (1981).



## 2. DIFERENCIAIS SÓCIO-ECONÔMICOS DA FECUNDIDADE

Analisadas as tendências da fecundidade no período coberto pelos recenseamentos de 1950 e de 1980 e pela PNAD de 1984, tratamos de avaliar os diferenciais de fecundidade segundo algumas variáveis sócio-econômicas.

No estudo da relação entre a fecundidade e estratos sócio-econômicos é possível utilizar uma extensa de variáveis. Aquelas que se tornaram passíveis de análise neste estudo, em vista da disponibilidade de tabulações especiais dos censos demográficos, referem-se à instrução da mulher, a renda média mensal familiar per capita, a ocupação e ao setor de atividade do chefe e a condição migratória da mulher.

É notoriamente conhecida, pelos estudiosos da demografia, que a instrução da mulher tem uma relação marcadamente negativa com respeito a fecundidade e, segundo MIRO e MERTENS<sup>5</sup>, "nenhuma outra variável sócio-econômica evidencia uma relação tão nítida com respeito à fecundidade do que a educação". A renda é uma variável de difícil interpretação e que não apresenta uma relação estritamente linear com a fecundidade, embora a tendência geral seja de fecundidade mais elevada nos estratos de mais baixa renda. Quanto ao setor de atividade de dependência econômica e a posição na ocupação, indicadores que complementam a análise da renda, eles estão, neste estudo, limitados à atividade do chefe de família, por dificuldades de obtenção de informações sobre a fecundidade e o emprego da força de trabalho feminina. Com respeito à influência que pode estar exercendo o processo migratório sobre os níveis e os padrões da fecundidade, a análise do status migratório da mulher permite apenas uma avaliação dos diferenci-

---

<sup>5</sup> Vide MIRO, C. A. & MERTENS (1969).

ais de fecundidade das mulheres naturais e não-naturais do Estado.

Nesta parte do estudo optamos pela utilização do número médio de filhos nascidos vivos por mulher, segundo as diferentes variáveis sócio-econômicas. Este indicador, apesar de pouco refinado pelo fato de ser afetado pela estrutura etária do contingente observado, permite uma avaliação do perfil reprodutivo da população, medindo o efeito líquido conjugado, dentro do estoque da população feminina em idade reprodutiva, do comportamento passado da fecundidade, da mortalidade e das migrações.

Em virtude das limitações impostas pela disponibilidade de Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980, e de sua incompatibilidade com as variáveis existentes na PNAD de 1984, a análise da fecundidade segundo estratos sócio-econômicos ficou limitada ao estudo das variáveis mencionadas a seguir:

, anos de estudo da mulher, segundo situação de domicílio, para os anos de 1970 e 1980; . posição na ocupação do chefe de família e setor de atividade, segundo idade da mãe, para o ano de 1980; . renda média mensal familiar per capita, segundo a situação de domicílio, para os anos de 1970 e 1980; . condição migratória da mulher, procedência das não-naturais e tempo de residência no Estado, para o ano de 1980.

## 2.1. Fecundidade e Nível de Instrução da Mulher

Esta parte do estudo examina as relações existentes entre os níveis de escolaridade feminina e o número médio de filhos tidos nascidos vivos, buscando mostrar a importância da instrução como fator determinante na conformação dos níveis da fecundidade. Neste sentido, tratamos de buscar elementos que possibilitem a identificação de diferenciais de fecundidade, segundo algumas categorias de anos de estudo da mulher, conforme segue:

- . sem instrução e menos de 1 ano de estudo;
- . de 1 a 3 anos de estudo;
- . de 4 a 7 anos de estudo;
- . 8 anos e mais anos de estudo.

#### 2,1.1. Distribuição da população feminina por anos de estudo

A tabela 1 mostra a distribuição da população feminina baiana de 15 a 49 anos, segundo as diferentes categorias de anos de estudo em 1970 e 1980. Esses dados revelam que a proporção de mulheres sem instrução, constitui mais da metade, em 1970, do total de mulheres (57,5%) e, que em 1980, esta proporção decresce para 44,2%. As mulheres com 1 a 3 anos de estudo, ou que não completaram o 1º ciclo do 1º grau, representavam em 1970 e, em 1980, aproximadamente 20% do total. Por outro lado, nota-se um aumento significativo do contingente de mulheres com 4 a 7 anos de estudo, que representavam 13,2% em 1970 e 20,7% em 1980. Finalmente, a categoria 8 anos e mais de estudo, concentra uma proporção muito pequena de mulheres em 1970 (6,7%), que em 1980 ganha maiores proporções (14,7%). Esta categoria passou a concentrar em 1980, aquelas mulheres com diploma de 1º grau completo, obtido através de cursos seriados ou não <sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Vide FIBGE, (1983) .

No que diz respeito a distribuição da população feminina nas diferentes categorias de anos de estudo, segundo a situação de domicílio, os dados da tabela 1.a. mostram que na zona rural está concentrada a maior proporção de mulheres analfabetas com idade entre 15 a 49 anos, 75,9% em 1970 e 68,1% em 1980 e por consequência a menor proporção de mulheres na mais elevada categoria de anos de estudo (8 anos e mais), 0,35% em 1970 e 1,85% em 1980. E ainda que, em 1980, 88,7% das mulheres residentes neste quadro domiciliar têm nível de instrução inferior ao curso primário completo (menos 4 anos de estudo) e caracterizam-se pela participação nos mais baixos níveis da estrutura educacional, fato que está relacionado com as altas taxas de fecundidade deste quadro domiciliar.

A zona urbana caracteriza-se por uma menor percentagem de mulheres, com idades entre 15-49 anos, analfabetas ou com menos de 1 anos de estudo, 34,7% em 1970, 24,8% em 1980, e, a mais elevada proporção de mulheres com 8 anos e mais de estudo, 14,6% em 1970, e, 25,6% em 1980.

#### 2.1.2. Perfil reprodutivo da população feminina por anos de estudo

No presente estudo, confirma-se para a Bahia o que já se conhece de muitas outras investigações, isto é, que existe uma correlação negativa entre fecundidade e escolaridade, sistemática em quase todos os grupos de idade (tabela 2.a.). Assim sendo, observa-se uma redução do número médio de filhos das mulheres quando se passa de uma categoria de anos de estudo para outra superior.

Vale salientar que, mesmo entre as mulheres que es-

tão no final do seu ciclo reprodutivo, o fato de terem menor ou maior tempo de escolarização foi significativo para que, em média, tivessem um maior ou menor número de filhos. Aquelas de 45-49 anos de idade sem qualquer escolarização ou com *me nos* de um ano de estudo apresentam um número médio de filhos bastante elevado, 6,48% filhos em 1970 e 6,60 filhos em 1980; ao passo que aquelas com 8 anos ou mais de estudo, estão encerrando sua vida reprodutiva com 2,79 filhos em 1970 e 3,14 filhos em 1980, médias muito próximas daquelas observadas em áreas desenvolvidas, onde os níveis de fecundidade são baixos, as práticas contraceptivas mais disseminadas e os níveis de instrução feminina, em média, mais elevados.

Dado que o acesso a níveis de escolarização mais elevados em nosso país, não está ao alcance de todas as camadas sociais, mas apenas daquelas mais elevadas, as diferenças de número médio de filhos das mulheres de 45 a 49 anos, entre as categorias extremas de anos de estudo, podem estar refletindo diferenças de níveis e padrões de fecundidade entre distintas camadas sociais. Neste caso, além do fator escolarização propriamente dito, outros fatores que diferenciam a forma de inserção social, valores e organização da vida cotidiana dos indivíduos, podem estar interferindo para determinar distintos regimes de procriação em diferentes grupos sociais.

Vale salientar que as diferenças de número médio de filhos entre as mulheres de camadas sociais mais altas, com acesso a níveis mais elevados de escolaridade, e as mulheres das camadas inferiores da escala social, que não têm acesso nem ao menos ao curso elementar, são bastante grandes, sendo que as mulheres de 45-49 anos, sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, têm, em média, mais do dobro de filhos daquelas que lograram estudar por 8 anos ou mais. Esta diferença quantitativa importante só pode ser atribuída a padrões de

procriação e/ou de comportamento reprodutivo bem diversos, sendo o significado social dos filhos possivelmente bem distinto entre estes grupos sociais.

Outro fator a ser considerado é que as mulheres com 8 anos e mais de estudo, conforme já mencionado anteriormente representavam em 1970, 6,7% e, em 1980, 14,7% do total de mulheres, enquanto aquelas sem instrução ou com menos de 1 anos de estudo, representavam 57,5% em 1970 e 44,2% em 1980, de modo que apesar da diminuição da proporção de mulheres nesta última categoria de anos de estudo, elas têm ainda um peso muito importante na definição do padrão geral de fecundidade do Estado.

### 2.1.3, Evolução da fecundidade por anos de estudo

Comparando-se os dados de 1970 e 1980 de fecundidade das mulheres baianas, segundo as diversas categorias de anos de estudo, observou-se um aumento da fecundidade daquelas que se encontram no início e no final do período reprodutivo e um decréscimo daquelas situadas nos grupos de idades entre 24 e 44 anos, quando a fecundidade das mulheres atinge seu valor máximo (tabela 2.a.).

Com respeito ao aumento da fecundidade das mulheres jovens, sobretudo do grupo 15-19 anos, é importante lembrar, conforme já mencionado anteriormente, que houve um aumento significativo das proporções de mulheres prolíficas, no período 1970/1980, concentrado basicamente nos primeiros grupos etários.

Quanto às mulheres mais velhas, que estão em 1980 no final do período reprodutivo (45-49 anos), o aumento de

sua média de filhos, verificado entre 1970 e 1980, em todas as classes de anos de estudo, deve-se ao fato de terem vivido seu período de mais intensa fecundidade (20-35 anos), entre os anos de 1955-1970, fase que se caracterizou pelo aumento da natalidade, possivelmente decorrente da queda da mortalidade. E, as mulheres que em 1970 tinham de 45 a 49 anos viveram seu período de vida fértil mais fecundo nos anos de 1945 a 1960, quando os níveis de fecundidade eram mais baixos e a mortalidade mais elevada, tendo portanto uma fecundidade completa de menor importância do que a das mulheres com idades entre 45-49 anos em 1980.

## 2.2. Fecundidade Segundo a Inserção do Chefe de Família nos Setores da Atividade Econômica e Posição na Ocupação

Para o estudo das relações existentes entre a fecundidade, por um lado, a posição na ocupação do chefe de família e o setor de atividade econômica ao qual está vinculado, por outro, foram utilizadas informações provenientes de tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980. No que diz respeito aos setores de atividade, estes foram agrupados em duas categorias: agrícola e não-agrícola. Quanto a posição na ocupação, foram utilizadas as categorias de empregados, autônomos e "outras".

### 2.2.1. Distribuição da população feminina pela posição na ocupação do chefe

A distribuição da população feminina de 15 a 49 anos segundo a posição na ocupação do chefe de família e os setores de atividade, encontra-se na tabela 1.b. Esta po-

pulação feminina está concentrada em sua maioria na categoria de chefes autônomos, (48,7%), e na de empregados (40,4%), cabendo a categoria "outra", uma proporção de apenas 11% de mulheres. No setor de atividades agrícolas, a grande predominância é de mulheres pertencentes a famílias cujos chefes são trabalhadores autônomos (64,2%), enquanto as restantes estão distribuídas quase nas mesmas proporções (aproximadamente 18%) entre empregados e "outra". Já no setor não-agrícola, cujas atividades são predominantemente urbanas, aproximadamente 60% das mulheres são de famílias de chefes empregados, cabendo a categoria de autônomo 33% e a categoria "outra" menos de 5%.

TABELA 1.b.

ESTADO DA BAHIA - 1980

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO FEMININA DE 15 A 49 ANOS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SETOR DE ATIVIDADE		
	TOTAL	AGRÍCOLAS	NÃO-AGRÍCOLAS
TOTAL	1 799 591 100,00	898 183 100,00	901 408 100,00
EMPREGADOS	40.35	18.63	61.99
AUTÔNOMOS	48.69	64.17	33.28
OUTRAS	10.96	17.20	4.73

FONTE: FIBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980.

Quando se cruza as informações sobre posição na ocupação do chefe e renda média mensal familiar per capita, nota-se que quase 90% das mulheres pertencentes a famílias cujos chefes são trabalhadores autônomos concentram-se nas classes de renda inferiores a um salário mínimo, das quais 25% têm rendimento médio familiar per capita de até 1/4 de sala



rio mínimo. Assim, o que se observa na tabela 2.b. e que a proporção de mulheres relacionadas a chefes de família autônomos declina progressivamente com o aumento da renda média mensal familiar per capita.

TABELA 2.b.

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO FEMININA DE 15 A 49 ANOS SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA

CLASSE DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA	EMPREGADOS	AUTÔNOMOS %	OUTRAS %
Sem Rendimento Até 1/4 de Salário Mínimo De <b>1/4 a 1/2 de S. Mínimo</b> De 1/2 a 1 Salário Mínimo Mais de 1 Salário Mínimo	0,02 26,69 27,43 20,54 25,14	0,40 44,92 28,61 15,49 10,58	0,91 41,83 24,82 11,49 20,95
TOTAL	100,00 719.975	100,00 871.353	100,00 194.189

FONTE: FIBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980.

A distribuição relativa de mulheres de chefes empregados está mais dispersa entre as classes de rendimento familiar per capita, cabendo a cada classe de até 1/4 a mais de um salário mínimo, proporções de mulheres que variam em torno de 20 a 25%. A categoria "outra" posição na ocupação, composta de empregadores parceiros ou meeiros e trabalhadores não remunerados tem, aproximadamente, 42% de mulheres concentradas na classe de rendimento mais baixa e quase 21% com mais de 1 salário mínimo. (tabela 2.b.).

### 2.2.2. Perfil reprodutivo das mulheres segundo a posição na ocupação do chefe de família

A relação inversa entre status sócio-econômico e fecundidade, usando como indicador a posição na ocupação do chefe de família e o setor de atividade em que se insere, se confirma para o total de mulheres de 15 a 49 anos, uma vez que a classe de autônomos está caracterizada como menos favorecida economicamente, seguida pela categoria "outra" e nestas duas a fecundidade das mulheres é mais elevada. Assim, o número médio de filhos das mulheres de famílias com chefes autônomos é de 2,99 filhos, da categoria "outra", 2,87 filhos, e, finalmente, na dos empregados, 2,62 filhos. Entretanto é pequena a magnitude do diferencial entre as categorias extremas, alcançando 0,37 filhos. (tabela 3.b.).

No setor agrícola, onde concentra-se grande parte dos chefes autônomos (64,17%), a fecundidade das mulheres, conforme esperado, é superior a do setor não-agrícola, que agrega a maioria de mulheres de famílias cujos chefes são empregados, e, onde a renda familiar per capita está distribuída de maneira mais dispersa, conforme se observa na tabela 4.b.

A despeito da fecundidade de famílias de chefes autônomos ser superior à fecundidade das mulheres que pertencem a famílias cujos chefes são empregados, observa-se que no setor agrícola a média de filhos da categoria de chefes empregados é superior a de chefes autônomos e no setor não-agrícola ocorre o inverso.

No que tange os níveis de fecundidade das categorias de empregados e autônomos vinculados ao setor agrícola, observa-se na tabela 5,b. que a estrutura das mulheres destas duas categorias por classes de rendimento familiar per capita é de certa forma semelhante, sendo provável que, em 1980, a categoria de autônomos usufrua de rendimentos mais elevados

que a categoria de empregados. Em 1980, segundo dados do Censo Demográfico, a proporção de trabalhadores empregados na PEA agrícola era de 37,6% enquanto a de autônomos constituía 48,3%<sup>7</sup> (tabela 5.b.).

A média de filhos das mulheres da categoria "outra" condição na ocupação, vinculada ao setor agrícola, é um valor intermediário entre a média de filhos de empregados autônomos (3,5 filhos) e no setor não-agrícola é de 2,87 filhos, o que mostra a significativa diferença da composição desta categoria no campo e nas zonas urbanas. Em 1980, 87,7% dos trabalhadores incluídos nesta categoria, no setor agrícola, eram trabalhadores não-remunerados, enquanto no setor não-agrícola esta categoria é representada por uma maioria de empregadores cujo rendimento familiar per capita é mais elevado.

Ao analisar os dados de parturição média das mulheres por grupos quinquenais de idade, segundo a posição na ocupação do chefe de família, observa-se que a maior diferença encontra-se no último grupo de idade, ou seja, naquele de mulheres com fecundidade completa, sendo que entre os autônomos e empregados, a diferença atinge 0,77 filhos. A média de filhos das mulheres da categoria "outra" posição na ocupação é um valor intermediário entre a média de filhos das categorias de autônomos e empregados, a partir dos 30 anos. Nas idades jovens, até os 25 anos, o diferencial entre as três categorias é muito pequeno (tabela 3.b., colunas 4, 7 e 10).

No setor agrícola os padrões de fecundidade, são bastante semelhantes, destacando-se as diferenças nas primeiras idades e nas idades intermediárias da categoria de

---

Vide MORAES, (1984).

empregados, onde a média de filhos é mais elevada do que entre os autônomos e aqueles que têm "outra" posição na ocupação. Para estes últimos a fecundidade é mais tardia e a fecundidade completa é mais elevada. (tabela 3.b., colunas 5, 8 e 11).

Já no setor não-agrícola as diferenças do número médio de filhos por idade da mulher entre uma categoria e outra de posição na ocupação são mais significativas. Neste setor de atividade, as parturições médias das mulheres da categoria "outra" posição na ocupação são menos elevados em todos os grupos de idade. Vale ressaltar que esta categoria é representada, em sua grande maioria, no setor não-agrícola, por chefes de família empregadores e que 65% das mulheres a ela pertencentes têm rendimento familiar per capita superior a 1 salário mínimo, (tabelas 3.b. e 5.b.).

Por último, conforme já esperado, os níveis de fecundidade no setor não-agrícola são inferiores ao do setor agrícola em todas as idades e para todas as categorias de posição na ocupação, sendo que os maiores diferenciais observados são aqueles relativos a categoria "outra" posição, devido a diferenças existentes na composição desta categoria nos setores agrícola e não-agrícola. No setor agrícola esta categoria representa em sua maioria os pequenos empregadores parceiros e meeiros e os trabalhadores não-remunerados, enquanto no setor não-agrícola agrega proprietários de pequenas, médias e grandes empresas correspondentes aos estratos sócio-econômicos mais elevados da população, (tabela 3,b.).

### 2.3. Fecundidade e Rendimento Médio Mensal Familiar Per Capita.

A análise do comportamento reprodutivo da população feminina segundo estratos sócio-econômicos tem continuidade incorporando-se a renda média mensal familiar per capita como variável que de certa maneira expressa o orçamento familiar. Para esse efeito, calculamos o número médio de filhos das mulheres de 15 a 49 anos em 1970 e 1980, distribuídos por idade segundo as classes de rendimento familiar per capita mencionados a seguir:

- . Sem rendimento;
- . até 1/4 de salário mínimo;
- . mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo;
- . mais de 1/2 a 1 salário mínimo;
- . mais de 1 salário mínimo.

#### 2.3.1. Distribuição da população feminina por classes de rendimento médio familiar per capita

Cabe inicialmente analisar a distribuição da população feminina de 15 a 49 anos segundo as diferentes classes de rendimento familiar per capita e as mudanças ocorridas na estrutura da distribuição de rendimento durante o período observado. Os dados da tabela 1.c. fornecem elementos para esta avaliação.

Em 1970, a maior proporção de mulheres em idade fértil estava concentrada na classe de rendimento familiar per capita de até 1/4 de salário mínimo (63,4%). A concentração nesta faixa de rendimento é ainda mais intensa na zona rural (80,1%) que na zona urbana (42,6%). Em contrapartida, apenas 7,0% do total de mulheres de 15 a 49 anos tem rendimento médio familiar per capita superior a 1 salário mínimo, sendo que entre aquelas residentes na zona rural menos de 1,0% atinge esta classe de rendimento enquanto na zona urbana apenas

14,7% o fazem. (tabela 1.c.).

TABELA 1.c.

ESTADO DA BAHIA - 1970-1980  
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO FEMININA DE 15 A 49 ANOS,  
SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR PER  
CAPITA, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA	19 7 0		19 8 0	
	%	% ACUMULADA	%	% ACUMULADA
Sem rendimento Até 1/4 de salário mínimo Mais de 1/4 a 1/2 de s. mínimo Mais de 1/2 a 1 s. mínimo Mais de 1 salário mínimo Sem declaração de rendimento	2.91 63.38 16.23 6.97 7.01 3.50	2.91 66.29 82.52 89.49 96.50 100.00	1.90 36.23 27.04 16.79 16.99 1.05	1.90 38.13 65.17 81.96 98.95 100.00
TOTAL	100.00	100.00		

FONTE: FIBGE - Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Em 19 80, registrou-se. intensa passagem de famílias da classe de renda familiar per capita mais baixa (até 1/4 de S. M.) para classes de rendimento superior. Observou-se também uma redução da proporção de famílias sem nenhum rendimento e uma tendência de aumento das famílias com renda per capita superior a um salário mínimo.

De um modo geral as alterações observadas nestes dados, no período 19 70/19 80, mostram uma mobilidade das famílias de classes de rendimento inferiores a um salário mínimo, que em 19 70, concentravam-se com maior intensidade na classe de rendimento de até 1/4 de salário mínimo, para classes de renda superior. Entretanto isto pode não significar uma melhoria destas famílias em termos de status sócio-econômico, ou de ascensão a uma situação econômico-financeira melhor, uma vez que é conhecida a perda do valor real do salário mínimo durante o período de tempo em questão. Mas, é importante ressaltar alguns aspectos do comportamento da força de trabalho

no Estado da Bahia que podem ter contribuído para o aumento do orçamento familiar.

Entre as mudanças ocorridas no comportamento da força de trabalho no Estado e que contribuíram para ampliar as oportunidades de ganho das famílias vale salientar:

- a) o aumento das taxas de atividade entre 1970 e 1980;
- b) o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e o crescimento da PEA jovem feminina;
- c) o aumento do assalariamento da população trabalhadora.

As taxas de atividade da população baiana, que declinaram entre 1950 e 1970, têm uma leve recuperação em 1980, quando passam de 43,3% para 46,2%. Isto se deve a elevação da taxa de atividade feminina de 17,9% para 22,4%, que compensa o declínio das taxas masculina de 74,8% para 71,2%<sup>8</sup>.

Segundo estudos realizados por FRANCO<sup>9</sup>, a força de trabalho feminina apresenta fortes incrementos relativos, particularmente na década de 1970. Em suas palavras, "a inequívoca expansão do espaço das mulheres no mundo do trabalho nas últimas décadas está estreitamente vinculada às transformações na estrutura produtiva da Bahia, que propiciam uma extensa e progressiva monetarização da vida social a partir dos anos 50..."

---

<sup>8</sup> Vide GUIMARÃES e FRANCO, (1984)<sup>9</sup>

Vide FRANCO, (1985) .

A tabela a seguir ilustra o aumento da participação feminina no mercado de trabalho sobretudo na década de 1970.

TABELA 2.c.

ESTADO DA BAHIA - 1950/1960, 1960/1970 E 1970/1980  
INCREMENTO RELATIVO DA FORÇA DE TRABALHO DISPONÍVEL\* NA BAHIA

ANOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1950/1960	8.9	3.7	33.5
1960/1970	18.5	19.8	13.9
1970/1980	31.8	24.7	59.6

FONTE: FRANCO, T. M. de A. "Considerações sobre as Tendências do Emprego na Bahia de 1950 a 1980, in: Força de Trabalho e Emprego, SUTRAB/SINE, vol. 1, nº 2 (1984), Bahia.

Vale ainda salientar o aumento da PEA feminina entre 10-19 anos que experimentou, na década de 70, o expressivo aumento de 21,6%. A inserção na PEA de meninas com idades entre 10 e 14 anos apresenta maior incremento. Neste caso a taxa de atividade eleva-se em 37,5%, frente a um aumento de 15,5% da taxa relativa as jovens de 15 a 19 anos. Paralelamente, o contingente de meninas ativas (10-14 anos) eleva-se em 73,9% enquanto a participação na PEA feminina de jovens de 15 a 19 anos aumenta 46,4%<sup>10</sup>. Isso significa que na década de 70, um maior número de membros da família, e neste caso, de mulheres, estaria contribuindo para o orçamento familiar, com a introdução dos filhos e a maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

---

\* Força de Trabalho disponível, segundo metodologia utilizada pela autora, inclui toda a PEA e mais as "atividades domésticas não-remuneradas", compondo uma população de ativos (PEA) com base num universo mais amplo de atividade e de relações sociais.

<sup>10</sup> Vide RABELO. (1985) .



TABELA 3.c.

ESTADO DA BAHIA - 1950-1980 COMPOSIÇÃO  
RELATIVA DA PEA SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

ANOS	1950	1960	1970	1980
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO				
Empregados	36.9	30.4	40.0	53.8
Empregadores	3.6	1.7	1.1	1.6
Autônomos	39.9	46.1	46.1	46.2
Sem Remuneração	19.3	21.8	12.7	6.1
Sem Declaração	0.3	0.0	0.0	1.6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FRANCO, T. M. de A. "opus cit"

Além do aumento da participação da mulher na força de trabalho, vale salientar as mudanças nas condições de emprego da força de trabalho. Essas teriam permitido o aumento da renda familiar, através do contínuo aumento do assalariamento da população trabalhadora e, por consequência, da monetarização crescente das relações de trabalho, facilitando as famílias a contabilização de seus ganhos. Assim, referindo-se ainda ao estudo realizado por FRANCO<sup>11</sup>, a tabela 3.c. mostra a tendência a expansão das relações assalariadas a partir de 1950, que atingem mais de 50% da PEA em 1980.

2.3.2. Perfil reprodutivo da população por rendimento médio mensal familiar per capita

A influência dos níveis de rendimento sobre os padrões de fecundidade segue no Estado da Bahia a tendência esperada. Os níveis de fecundidade são mais elevados nas classes mais baixas de rendimento familiar per capita, ou seja,

<sup>11</sup> Vide FRANCO. (1985) .

é mais elevado o número médio de filhos das mulheres pertencentes aos estratos mais pobres da população. Esta tendência é sistemática em quase todos os grupos de idade para as classes de rendimento que vão de até 1/4 a mais de um salário mínimo, nos dois anos censitários, conforme mostra a tabela 4.c. Assim sendo, observa-se uma redução do número médio de filhos quando se passa de uma classe de renda à outra, mais elevada.

As diferenças do número médio de filhos das mulheres pertencentes a classes de rendimento mais elevadas (mais de 1 salário mínimo) e das mulheres com renda familiar per capita de até 1/4 de salário mínimo são bastante elevadas, sendo para as mulheres com idade entre 45 a 49 anos, e portanto, no final do ciclo reprodutivo de, em média, 3,4 filhos, tanto em 1970 como em 1980. Esta diferença pode ser atribuída a distintos padrões de organização familiar segundo os estratos de renda a que pertencem.

Verifica-se através destes dados que o número médio de filhos das mulheres com até 1/4 de salário mínimo de rendimento familiar per capita, de todos os grupos de idade, é superior ao dobro da média de filhos das mulheres pertencentes a famílias com mais de 1 salário mínimo de renda per capita. Em 1980 estas diferenças são mais importantes do que 1970.

### 2.3.3. Evolução da fecundidade segundo a renda média mensal familiar per capita

O número médio de filhos tidos nascidos vivos, do conjunto das mulheres em idade reprodutiva, referente aos anos de 1970 e 1980, fornece uma indicação da queda da fecundidade durante este período, quando : parturição média

das mulheres decresce de 2,94 para 2,70 filhos.

Entretanto, o exame dos valores deste indicador, segundo classes de rendimento familiar per capita, revela que, para as classes de rendimento mais representativas numericamente, de até 1/4 a 1 salário mínimo, o número médio de filhos aumenta durante este período. O declínio da fecundidade se expressa apenas nas classes de mulheres sem rendimento e com renda superior á 1 salário mínimo. Ora, a composição desta primeira categoria de mulheres nos é desconhecida, não me de os níveis de renda mais baixos e a sua pequena representatividade nos permite omitir comentários a respeito de seu comportamento. Entretanto, a categoria de mulheres com renda média mensal familiar per capita superior a 1 salário mínimo, representa os estratos médios e altos da população, que compreendem mulheres que já possuíam níveis de fecundidade marcadamente inferiores aos das demais categorias, e, que entre 1970/1980 apresentam tendência de declínio, confirmando a adoção de padrões de controle da natalidade (tabela 5.c).

TABELA 5.C.

ESTADO DA BAHIA - 1970-1980  
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS DAS MULHERES DE 15 A 49 ANOS, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA

CLASSE DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA	NÚMERO MÉDIO DE FILHOS DAS MULHERES DE 15 A 49 ANOS	
	19 7 0	19 8 0
TOTAL	2.94	2.70
Sem rendimento	2.59	2.27
Até 1/4 de salário mínimo	3.49	3.72
Mais de 1/4 a 1/2 S. M.	2.15	2.67
Mais de 1/2 a 1 S. M.	1.61	2.03
Mais de 1 salário mínimo	1.35	1.32

FONTE: FIBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980.

Conforme sugerem SIMÕES e OLIVEIRA<sup>12</sup> esta tendência de aumento da fecundidade nas mais representativas classes de rendimento, só podem ser explicadas através das modificações na estrutura de rendimento durante o período de 1970 a 1980. Conforme já mencionado anteriormente, observou-se neste período uma redução da proporção de famílias sem nenhum rendimento e um aumento das famílias com rendimento superior a um salário mínimo, e ainda, a passagem de famílias de classe de renda de até 1/4 de salário mínimo para classes de rendimento superior. O conjunto destas mudanças na estrutura da renda vai, sem dúvida, exercer influência na distribuição da fecundidade.

Quanto a fecundidade por idades, a tendência da queda observada no período se manifesta com mais expressividade nos grupos intermediários de idade e em algumas classes de rendimento, como na de mais de 1 salário mínimo, nas idades 30 a 44 anos, na de mulheres sem rendimentos, nas idades entre 20 a 29 anos, e 30 a 44 anos (tabela 2.c). Quanto aos grupos etários onde se expressa tendência de aumento da fecundidade, em quase todas as classes de rendimento destacam-se os grupos 15-19 anos e 45-49 anos, conforme foi observado também no estudo da fecundidade segundo os níveis da escolarização feminina. Tendo em vista o aumento mais intenso da fecundidade das mulheres jovens, observado no estudo das diversas variáveis sócio-econômicas, deve-se levar em consideração: a) o aumento das proporções de mulheres prolíficas entre 1970 e 1980, que se deu com maior intensidade nas idades mais jovens; b) a redução da idade média à primeira união observa da no Estado da Bahia neste período e, c) a redução da idade

---

<sup>12</sup> Vide SIMÕES e OLIVEIRA. (1977).

média das mulheres nas primeiras paridades, conforme já mencionamos em itens anteriores deste estudo <sup>13</sup>. Vale mencionar ainda as alterações observadas na composição etária das mulheres em idade reprodutiva, distribuídas por classes de renda, com pequena elevação das proporções de mulheres de 15 a 19 anos e das mulheres nos últimos grupos etários.

Quanto ao aumento da parturição média das mulheres com idades entre 45 e 49 anos, onde se considera completa a fecundidade, vale salientar que os acréscimos foram mais intensos para as mulheres com rendimento médio familiar entre 1/4 e 1 salário mínimo. Este aumento está relacionado:

. ao descenso da mortalidade que atingiu em maiores proporções a população de baixa renda, visto que nas classes de renda mais altas os níveis de mortalidade são menos elevados já há algum tempo. Como consequência da queda dos níveis de mortalidade, houve um aumento da sobrevivência das mulheres e de seus filhos;

, E algumas características do processo migratório, como: o aumento da emigração de mulheres não-prolíficas ou menos prolíficas, visível pelo aumento da razão criança/mulher nos saldos migratórios <sup>14</sup>, a incidência de mulheres imigrantes mais velhas e com proles elevadas, conforme se evidencia na *ta bela l.d.*; e ao envelhecimento da população por emigração.

---

<sup>13</sup> Vide LEVY, SOUZA e PAGLIARO. (1984). <sup>14</sup>

Vide V/ide SOUZA. (1985).

Entretanto, o decréscimo da parturição média das mulheres das faixas etárias intermediárias, que correspondem ao período de mais intensa fecundidade da mulher, é bastante expressivo no conjunto da população e constitui um dos fatores responsáveis pela queda dos níveis de fecundidade registrada no conjunto de mulheres de todas as classes de rendimento familiar per capita.

#### 2.4. Fecundidade por Status Migratório

Em 1980, quase 16% da população feminina em idade reprodutiva (15 a 49 anos) era constituída de mulheres não naturais do Estado. Desse contingente de mulheres imigrantes (327.395), 56% eram procedentes de zonas urbanas e o restante de zonas rurais. Entre estas mulheres imigrantes 73,5% tinham fixado residência na Bahia há menos de 5 anos e 26,5% há um período de tempo que variava entre 5 e 10 anos.

Conforme se constata no curso desta análise, os níveis e padrões de fecundidade da população feminina imigrada para a Bahia não diferem substancialmente daqueles apresentados pela população natural deste Estado.

As informações reunidas na tabela 1.d. revelam que o valor do número médio de filhos tidos nascidos vivos do conjunto das mulheres não-naturais em idade reprodutiva (2,35 filhos) é mais baixo do que o das mulheres naturais da Bahia (2,77 filhos).

A observação destes dados por grupos de idade revela que as mulheres não-naturais com fecundidade completa (45-49 anos) têm em média 0,34 filhos a mais que as mulheres naturais. Nas faixas de 25-29, 30-39 anos a média de filhos

das mulheres não-naturais é menos elevada que das mulheres naturais, sendo constatado por SOUZA<sup>15</sup>, que nestas faixas etárias, a migração feminina vem ganhando relevância numérica na composição dos fluxos decenais (tabela l.d.).

Quanto a composição etária destas mulheres, observou-se que as não-naturais do Estado têm uma estrutura mais jovem do que aquelas nascidas na Bahia, assim enquanto 68% das primeiras têm até 29 anos essa proporção decresce para 59% no caso das últimas (tabela 2.d.).

As mulheres imigrantes com 5 a 10 anos de residência no Estado têm um número médio de filhos (2,68 filhos) mais elevado do que aquelas que imigraram há menos de 5 anos (2,24 filhos), é também nas idades 25-29, 30-34 e 35-39 anos que o número médio de filhos se revela menos elevado que o das naturais. Nas demais faixas etárias, a média de filhos das mulheres naturais é menos elevada que a das imigrantes com até 5 anos e com 5 a 10 anos de residência no Estado (tabela l.d.).

Por outro lado, as imigrantes com até 5 anos de residência são mais jovens que as imigrantes com 5 a 10 anos de residência e têm, em média, mais filhos em quase todos os grupos de idade, com exceção das faixas 20-24, 25-29 e 45-49 anos.

Entre as mulheres imigrantes, conforme tendência já conhecida, aquelas procedentes das áreas rurais têm uma média de filhos significativamente maior em todas as faixas de idade, atingindo esta diferença 1,33 filhos na faixa dos 45-49 anos. (tabela l.d.).

---

<sup>15</sup> Vide SOUZA. (1985).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas na primeira parte deste estudo mostram que também na Bahia, a exemplo do que já vem ocorrendo em outros Estados brasileiros, disseminou-se nos últimos quinze anos a vontade da população de ter menos filhos. Entre 1970 e 1980 com base nas informações censitárias, a taxa de fecundidade total declinou em 15,77% e, entre 1980 e 1984, conforme dados da PNAD de 1984, o declínio da fecundidade se acentuou ainda mais, passando a 16,64%.

A média de filhos por mulher passou de 7,25 filhos em 1970, para 6,25 filhos em 1980 e, para 5,21 filhos em 1984. Apesar de ser uma média de filhos ainda bastante elevada, quando comparada à de outros Estados brasileiros, podemos dizer que o declínio observado foi muito importante, se compararmos este último período aquele compreendido entre 1950 e 1970, quando as taxas de fecundidade total tiveram um aumento de 0,66% entre 1950/1960 e de 22,24% entre 1960/1970.

A tendência de declínio dos níveis de fecundidade continua sendo mais relevante nas áreas urbanas do Estado, o que se evidencia pelo aumento dos diferenciais urbano-rurais no período 1970/1984. Entretanto os dados mostram (taxas específicas de fecundidade) que na zona rural, no período pós 1980, ocorreram as mais importantes mudanças nos padrões eté- rios de procriação: as mulheres vem tendo seus filhos em idades mais jovens e iniciando mais cedo as praticas de contenção da natalidade.

A segunda parte deste estudo mostra que, além das praticas de contenção da natalidade, as transformações sócio-econômicas do Estado tiveram papel relevante na redução dos



níveis de fecundidade. Os dados mostram que o crescimento da escolarização, da proletarização e do assalariamento, a mobilidade da população entre as diferentes classes de rendimento, além do aumento da participação feminina na força de trabalho, mudanças que estão de certa forma associadas ao próprio processo de urbanização, constituem fatores determinantes na modificação dos valores sociais e conseqüentemente na contenção dos níveis de fecundidade.

O estudo da instrução confirma a correlação negativa existente entre os níveis de fecundidade e o grau de escolarização da mulher, visto que, a parturição média das mulheres é menor na medida em que atingem níveis de instrução mais elevados.

Assim, o número médio de filhos das mulheres sem instrução ou com menos de um ano de estudo é superior ao dobro da média de filhos das mulheres com oito ou mais anos de estudo, o que reflete diferentes níveis e padrões de fecundidade entre os distintos estratos sociais.

A análise dos padrões etários de procriação mostrou que entre as mulheres do mais elevado nível de instrução, mesmo entre as mais velhas, as práticas de contenção da fecundidade são mais generalizadas do que entre as mulheres com menos escolarização.

O importante peso relativo das mulheres sem instrução ou com menos de um ano de estudo no conjunto da população feminina em idade fértil (de 15 a 49 anos) é fator relevante na definição dos níveis e padrões gerais da fecundidade no Estado. Em 1970, mais da metade da população feminina em idade reprodutiva tinha menos de um ano de escolarização, já em 1980 os dados mostram uma melhoria do nível de escolarização

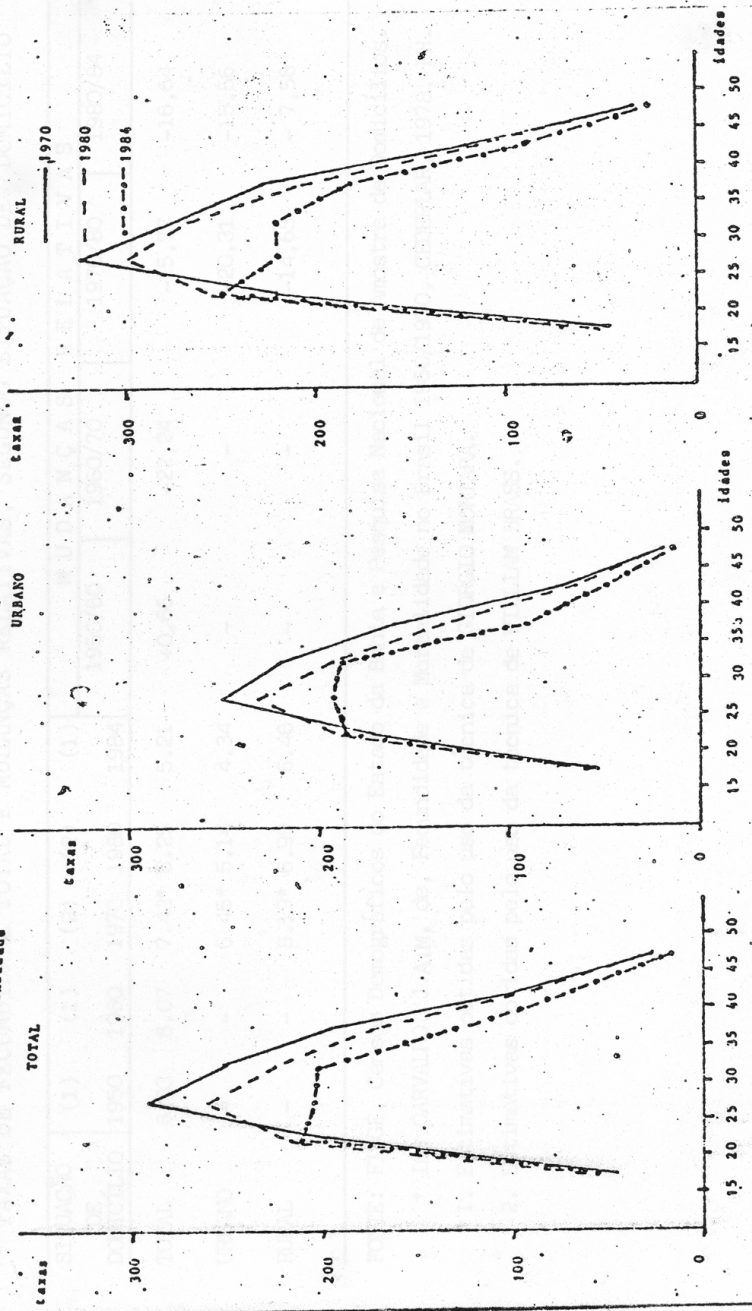
desta população, o que foi estratégico para a redução da fecundidade na última década.

A análise da ocupação do chefe de família e do setor da atividade econômica em que se insere mostra, conforme tendência já esperada, que o nível da fecundidade no setor de atividades agrícolas é elevado, principalmente, entre as mulheres ligadas a chefes de família empregados. Nos setores de atividades não-agrícolas, principalmente ligados as áreas urbanas, os níveis de fecundidade são mais baixos, sobretudo no que diz respeito aos autônomos.

Quanto a análise do rendimento médio familiar per capita e a fecundidade mostra que, quanto mais baixo o nível de renda mais elevados são os níveis de fecundidade. A tendência do nível da fecundidade é de aumento para as mulheres nas mais baixas faixas de rendimento e de descenso na última categoria, a de mulheres com mais de um salário mínimo. Conforme demonstrado, isto se explica pelas modificações ocorridas na estrutura de rendimento durante a última década, quando houve uma passagem de famílias da classe de renda até 1/4 de sala rio mínimo, para classes de rendimento um pouco mais elevadas. Entretanto estas modificações não significam melhoria de padrão de vida da população se considerarmos a perda do valor real do salário mínimo. Mas, estaria significando que mulheres com níveis de fecundidade mais altos que se encontravam classificadas numa classe de renda mais baixa em 1970, estão em 1980 em categorias de renda mais elevada.

E por fim, a imigração parece estar introduzindo novos padrões de fecundidade, visto que entre as mulheres imigrantes os níveis de fecundidade são mais baixos do que entre as mulheres naturais do Estado. Embora a imigração seja muito pouco significativa, pode estar influenciando, principalmente nas zonas urbanas, os padrões de vida da população.

Figura 1  
 Bahia- Taxas Especificas de Fecundidade



Fonte: Censos Demográficos e PNAD

TABELA 1

ESTADO DA BAHIA - 1950-1984 TAXAS DE FECUNDIDADE

TOTAL E MUDANÇAS RELATIVAS, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	(1)	(2)	(2)	(1)	MUDANÇAS RELATIVAS				
	1950	1960	1970	1980	1984	1950/60	1960/70	1970/80	1980/84
TOTAL	6.03	6.07				+0,66	+22,24	-	-
7.42*	6.25	5.21						15,7	16,6
								7	4
URBANO	-	-	6.45*	5.14				-	-
4.34								20,3	15,5
								1	6
RURAL	-	-	8.19*	6.99				-	-
6.46								14,6	7,58
								5	

---

PONTE: FIBGE, Censos Demográficos do Estado da Bahia e Pesquisa Nacional de

Amostra de Domicílios. \* In: CARVALHO, J.A.M. de, Fecundidade e

Mortalidade no Brasil 1960/1970, CEDEPLAR, 1978, BH.

1. Estimativas obtidas pelo uso da técnica de GIORGIO MORTARA.

2. Estimativas obtidas pelo uso da técnica de WILLIAM BRASS.

TABELA 1.a.

ESTADO DA BAHIA - 1970-1980  
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO FEMININA DE 15 A 49 ANOS, SEGUNDO CLASSES DE ANOS DE ESTUDO

ANOS E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO  CLASSES DE ANOS DE ESTUDO	1 9 7 0			1 9 8 0		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
TOTAL	1 672 491	746 703	925 788	2 070 569	1 121 778	948 791
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sem instrução	57,50	34,66	75,93	44,18	24,78	67,10
De 1 a 3 anos de estudo	22,63	25,10	20,64	20,38	19,33	21,62
De 4 a 7 anos de estudo	13,15	25,63	3,08	20,71	30,26	9,43
8 anos e mais de estudo	6,72	14,61	0,35	14,73	25,63	1,85

FONTE: FIBGE. Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Tabela 2.a Bahia - Número médio de filhos tidos nascidos vivos segundo categorias de anos de estudo da mulher 1970/1980  
(conjunto de população)

GRUPOS DE IDADE	TOTAL			SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO			DE 1 A 3 ANOS DE ESTUDO			DE 4 A 7 ANOS DE ESTUDO			8 ANOS E MAIS DE ESTUDO		
	1970	1980	% 70/80	1970	1980	% 70/80	1970	1980	% 70/80	1970	1980	% 70/80	1970	1980	% 70/80
15 - 19	0,13	0,15	15,38	0,18	0,23	27,77	0,11	0,15	36,36	0,06	0,12	100,00	0,01	0,07	600,00
20 - 24	1,17	1,09	- 6,84	1,43	1,48	3,49	1,13	1,24	9,73	0,89	1,01	13,48	0,24	0,43	79,16
25 - 29	2,99	2,53	- 15,38	3,27	3,13	- 4,28	3,10	2,86	- 7,74	2,62	2,32	- 11,45	0,99	1,16	17,17
30 - 34	4,55	3,97	- 12,75	4,87	4,63	- 4,92	4,73	4,35	- 8,03	3,95	3,55	- 10,13	1,93	1,86	- 3,62
35 - 39	5,75	5,27	- 8,35	6,03	5,85	- 2,98	5,60	5,60	0,00	5,27	4,63	- 12,14	3,13	2,49	- 20,44
40 - 44	6,13	5,95	- 2,94	6,39	6,39	0,00	6,25	6,37	1,92	5,41	5,34	- 1,29	2,68	2,95	10,07
45 - 49	6,12	6,23	1,80	6,48	6,60	1,85	6,09	6,55	7,55	4,62	5,58	20,78	2,79	3,14	12,54
15 - 49	3,05	2,70	- 11,48	3,50	3,62	3,43	2,63	2,73	3,80	2,06	1,90	- 7,77	0,90	1,04	15,56

Fonte: F. IBGE, Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980. Tabela 1.3

Tabela 3.a Bahia • Proporções de mulheres nos grupos de idade quinquenais de 15 a 49 anos segundo anos de estudo e situação de domicílio - 1970 ~ 1980

GRUPOS DE IDADE	TOTAL		SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO DE		DE 1 A 3 ANOS DE ESTUDO		DE 4 A 7 ANOS DE ESTUDO		8 ANOS E MAIS DE ESTUDO	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
15 - 19	25,55	25,72	20,73	19,80	31,01	30,22	36,07	36,95	27,81	21,51
20 - 24	19,29	19,78	17,90	16,38	20,00	18,56	18,77	20,78	29,86	30,12
25 - 29	14,61	14,66	14,96	13,99	14,32	13,90	13,24	12,91	15,26	20,09
30 - 34	12,41	12,25	13,47	13,48	11,46	11,99	9,68	9,67	11,91	12,55
35 - 39	11,09	10,68	12,71	13,26	9,46	10,31	9,02	7,94	6,78	7,37
40 - 44	9,58	9,45	11,14	12,57	8,15	8,64	7,52	6,67	5,14	5,16
45 - 49	7,47	7,46	9,09	10,52	5,60	6,38	5,70	5,08	3,24	3,20
15 - 49		100,00		100,00		100,00		100,00		100,00
100,00								100,00		100,00
100,00.										

Fonte: F. IBGE, Tabulações Especiais do Censos Demográficos de 1970 e 1980. Tabela 1.3

Tabela 3.b Bahia - Número médio de filhos tidos nascidos vivos até a data do censo, **das mulheres** de 15 a 49 anos, segundo o setor de atividade e a posição na ocupação do chefe, **por** grupos de idade da mulher

1 9 8 0

GRUPOS DE IDADE	SETOR DE ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE											
	TOTAL			EMPREGADO			AUTÔNOMOS			OUTRAS		
	TOTAL	2 AGR.	3 Ñ AGR.	4 TOTAL	5 AGR.	6 Ñ AGR.	TOTAL	8 AGR.	9 Ñ AGR.	10 TOTAL	11 AGR.	Ñ AGR
15 - 19	0,16	0,17	0,16	0,21	0,30	0,18	0,12	0,12	0,13	0,17	0,20	0,07
20-21	1,18	1,27	1,09	1,25	1,71	1,12	1,10	1,12	1,10	1,20	1,37	<b>0,64</b>
25 - 29	2,67	3,02	2,39	2,52	3,36	2,31	2,79	2,89	2,63	2,81	3,09	1,82
30-34	4,16	4,68	3,69	3,83	4,87	3,54	4,42	4,62	4,08	4,30	4,69	2,96
35 - 39	5,47	6,03	4,88	5,08	6,18	4,72	5,74	5,99	5,27	5,57	6,01	3,79
40-44	6,20	<b>6,73</b>	5,57	5,76	6,72	5,42	6,52	6,79	5,95	6,12	6,50	4,47
45 - 49	<b>6,47</b>	6,95	5,83	5,98	6,88	5,65	6,75	6,98	6,22	6,52	6,89	<b>4,79</b>
15 - 49	<b>2,83</b>	3,16	2,50	2,62	3,35	2,41	2,99	3,11	2,77	2,87	3,15	1,83

Fonte: F. IBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico da Bahia, 1980.



TABELA 4.b.

ESTADO DA BAHIA - 1980  
 DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO FEMININA DE 15 A 49 ANOS SEGUNDO  
 SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, POR CLASSES DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA  
 (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)

CLASSES DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA	SETORES DE ATIVIDADE		
	TOTAL	AGRÍCOLA	NÃO-AGRÍCOLA
	0,30	0,44	0,17
Sem rendimento	37,31	55,06	19,58
Até 1/4 de salário mínimo	27,72	29,41	26,03
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	17,09	10,48	23,70
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	17,58	4,61	30,52
Mais de 1 salário mínimo	100,00	100,00	100,00
TOTAL	1 785 517	892 023	893 494

FONTE: FIBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980.

Tabela 4.c Bahia - Número médio de filhos tidos nascidos vivos das mulheres de 15 a 49 anos e diferença relativa entre 1970 e 1980, segundo classes de rendimento médio mensal familiar per capita (conjunto da população)

GRUPOS DE IDADE	TOTAL			SEM RENDIMENTO			ATÉ 1/4 S.M.			+ DE 1/4 A 1/2 S.M.			+ DE 1/2 A 1 S.M.			+ DE 1 S.M.		
	1970	1980	% 70/80	1970	1980	% 70/80	1970	1980	% 70/80	1970	1980	% 70/80	1970	1980	% 70/80	1970	1980	% 70/80
15 - 19	0,13	0,15	15,38	0,32	0,55	71,87	0,13	0,16	23,07	0,14	0,19	35,71	0,09	0,14	55,55	0,06	0,07	16,66
20 - 24	1,17	1,09	- 6,83	1,50	1,50	0,00	1,44	1,66	15,27	0,96	1,13	17,70	0,49	0,78	59,18	0,44	0,47	6,81
25 - 29	2,99	2,53	- 15,38	3,00	2,50	- 16,66	3,54	3,70	4,51	2,23	2,48	11,21	1,54	1,80	16,88	1,09	1,15	5,50
30 - 34	4,56	3,97	- 12,93	3,68	3,51	- 4,61	5,36	5,34	- 0,37	3,04	3,79	24,67	2,31	2,80	21,21	1,90	1,89	- 0,52
35 - 39	5,75	5,27	- 8,34	3,93	3,99	1,52	6,63	6,63	0,00	3,82	5,22	36,64	3,13	3,95	26,19	3,10	2,55	- 17,74
40 - 44	6,13	5,95	- 2,93	4,86	4,62	- 4,93	7,01	7,29	3,99	4,90	6,07	23,87	4,07	4,95	21,62	3,32	3,27	- 1,50
45 - 49	6,12	6,23	1,79	4,13	5,03	21,79	7,15	7,37	3,07	4,93	6,46	31,03	4,56	5,78	26,75	3,80	4,00	5,26
TOTAL	2,94	2,70	- 8,16	2,59	2,27	- 12,35	3,49	3,72	6,59	2,15	2,67	24,18	1,61	2,03	26,08	1,35	1,32	- 2,22

Fonte: F. IBGE. Tabulações Especiais dos Censos Demográficos de 1970 e 1980. Tabela 1.4

Tabela 1.d Bahia - Número médio de filhos tidos nascidos vivos até a data do censo, das mulheres de 15 a 49 anos, segundo a condição migratória, tempo de residência na situação-atual, domicílio anterior e grupos de idade

1980

GRUPOS DE IDADE	TOTAL 1	NATURAIS 2	NÃO - NATURAIS			NÃO-NATURAIS COM ATÉ 5 ANOS DE TEMPO DE RESIDENCIA			NÃO-NATURAIS COM 5 A 10 ANOS DE TEMPO DE RESIDENCIA		
			TOTAL 3	PROCEDENCIA		TOTAL 6	PROCEDENCIA		TOTAL 9	PROCEDENCIA	
				URBANA 4	RURAL 5		URBANA 7	RURAL 8		URBANA 10	RURAL 11
15 - 19	0,15	0,15	0,20	0,18	0,22	0,21	0,19	0,22	0,16	0,15	0,18
20 - 24	1,09	1,08	1,12	1,01	1,28	1,11	1,00	1,25	1,19	1,04	1,38
25 - 29	2,53	2,56	2,40	2,13	2,60	2,35	2,07	2,77	2,52	2,27	2,86
30 - 34	3,97	4,03	3,66	3,18	4,32	3,69	3,17	4,42	3,60	3,21	4,09
35 - 39	5,27	5,29	5,13	4,45	5,94	5,15	4,44	5,99	5,11	4,47	5,84
40 - 44	5,95	5,92	6,19	5,50	6,94	6,29	5,62	6,99	5,99	5,26	6,83
45 - 49	6,23	6,19	6,53	5,88	7,21	6,45	5,77	7,12	6,72	6,09	7,39
15 - 49	2,70	2,77	2,35	2,06	2,74	2,24	1,96	2,60	2,68	2,34	3,09

Fonte: F. IBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico do Estado da Bahia - 1980

Tabela 2.d Bahia - Proporções de mulheres segundo a condição migratória, tempo de residência na situação atual, domicílio anterior e grupos de idade

1980

GRUPOS DE IDADE	TOTAL	NATURAIS	NÃO - NATURAIS			NÃO-NATURAIS COM ATÉ 5 ANOS DE RESIDÊNCIA			NÃO-NATURAIS COM 5 A 10 ANOS DE RESIDÊNCIA		
			TOTAL	PROCEDÊNCIA		TOTAL	PROCEDÊNCIA		TOTAL	PROCEDÊNCIA	
				URBANA	RURAL		URBANA	RURAL		URBANA	RURAL
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
15 - 19	25,72	25,73	25,68	24,72	26,80	27,33	25,99	29,04	20,93	21,12	20,68
20 - 24	19,78	18,93	24,28	24,84	23,54	25,36	26,09	24,43	21,25	21,35	21,13
25 - 29	14,66	14,03	17,96	19,15	16,49	17,31	18,66	15,59	19,82	20,54	18,94
30 - 34	12,29	12,29	12,24	12,68	11,86	11,70	12,21	11,04	14,02	14,00	14,04
35 - 39	10,68	11,05	8,75	8,46	9,15	8,14	7,87	8,48	10,50	10,13	10,97
40 - 44	9,45	10,01	6,48	6,03	7,05	5,96	5,44	6,63	7,91	7,66	8,20
45 - 49	7,46	8,00	4,57	4,12	5,12	4,20	3,74	4,79	5,57	5,20	6,04

Fonte: F. IBCE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico do Estado da Bahia, 1980 (Tabela 1.2)

## BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

- BARROS, M. L. R. Escolaridade e emprego na Bahia, 1950/1970 .  
Salvador, UFBA\* 1984 (Tese de Mestrado)\*
- BERQUÓ, E. Fatores estáticos e dinâmicos: mortalidade e fecundidade. In: SANTOS, J. L. F. Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo, R.A. de Queiroz, 1980.
- . A fecundidade rural e urbana dos estados brasileiros em 1970. Separata da Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, FIBGE, 38(151): 251-303, jul/set. 1977.
- \_\_\_\_\_ et alli. São Paulo e sua fecundidade - Um estudo das variáveis intermediárias e dos diferenciais sócio-econômicos da fecundidade. F. SEADE, São Paulo, 1985.
- CARVALHO, et alli. A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1981 (monografia 12).
- CASTRO, N. A. A força de trabalho não-agrícola no Estado da Bahia 1950-1980. Salvador, CRH/UFBA/FINEP, 1983/1984 (Documento interno de trabalho do sub-projeto 2 (mimeo)
- FIBGE, Censos Demográficos de 1950 a 1980, Rio de Janeiro.
- , Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1984, (não publicada).

FRANCO, T. M. de A. As categorias censitárias no Censo Demográfico de 1950/1980. Salvador, CRH/UFBa/FINEP, 1984. (Documento interno de trabalho do sub-projeto 2, mimeo) .

\_\_\_\_\_. Considerações sobre as tendências do emprego na Bahia de 1950/1980. Força de trabalho e emprego. SUTRAB/SINE, 1(2), 1984.

\_\_\_\_\_. A trajetória da força de trabalho na Bahia de 1950 a 1980. Salvador, CRH/UFBa/FINEP, 1984. (Relatório intermediário de trabalho do sub-projeto 2) mimeo.

GUIMARÃES, I. & FRANCO, T. M. de A. População e níveis de apreensão da força de trabalho na Bahia de 1950 a 1980. Salvador, CRH/UFBa/FINEP, 1984. (Relatório intermediário de trabalho do sub-projeto 2, mimeo).

GUIMARÃES, I. & CASTRO, N. A. O que é que a baiana faz? (Os novos padrões da divisão sexual do trabalho nas atividades urbanas do Estado da Bahia). Salvador, CRH/UFBa, 1985 (mimeo).

LEVY, M. S. F.; SOUZA, G. A. A. de; PAGLIARO, H. Dinâmica do crescimento e a redistribuição espacial da população baiana - 1950/1980. Salvador, CRH/UFBa, 1984 (Relatório final da 1ª. etapa da pesquisa, mimeo).

MARTINE, George. Tendências recentes da distribuição espacial da população brasileira. In: Seminário sobre a questão migratória no Brasil - Migrações Internas e a Ação do Estado. Brasília, CNPq, 1981.

- MIRO\*, C. A. & MERTENS, W. Influência de algumas variables intermedias en el nivel y en las diferenciales de fecundidad urbana y rural de América Latina. Revista do Centro Latino Americano de Demografia, Santiago do Chile, (92), 1969.
- MORAES, Maria et alli. Estrutura ocupacional na agropecuária na Bahia - Principais tendências do período 1950/1960. Relatório intermediário de trabalho do sub-projeto 2, CRH/FINEP apresentado à FINEP em novembro de 1984, (mimeo) .
- MORTARA, G. A. A. A fecundidade da mulher e a sobrevivência dos filhos no Brasil. \_\_\_\_\_, Contribuição para o estudo da demografia do Brasil. Rio de Janeiro, FIBGE, 1970, p. 66-79.
- PAGLIARO, H. Avaliação da qualidade de algumas informações dos censos demográficos de 1960 a 1980 do Estado da Bahia. Salvador, CRH/UFBa, 1983 (mimeo).
- \_\_\_\_\_ & LEVY, M. S. F. Tendências da nupcialidade no Nordeste. In: Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais (São Paulo). São Paulo, ABEP, 1984.
- PRESSAT, R. L'analyse demographique. Presses Universitaire de France, Paris, 1973.
- RABELO, M. A composição etária da PEA baiana e sua evolução no período 1950/1980. Salvador, CRH/UFBa/FINEP, 1985 (Relatório do sub-projeto 2, mimeo).
- RIDEL, O. H. M. Nordeste: Níveis e evolução recente da fecundidade feminina. Recife, BNB, 1977 (Estudos Econômicos e Sociais, 3).
- SOUZA, G. A. A. de. Tendências da emigração e da imigração na Bahia. 1950-1980. Salvador, CRH/UFBa, 1985.